

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
GUARANTÃ DO NORTE - MT**

PROTOCOLO Nº 3188/2025

DATA 11/09/2025

Responsável  
Maria Janete Rodrigues de Lima  
Secretária Geral  
Portaria 075/2025



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE  
Biênio 2025/2026  
Rua das Itaúbas, 72 - Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**DESPACHO**  
Comissão de Transporte, Tecnologia,  
Informática, Obras Públicas e Urbanismo  
Para Exarar Parecer  
Data 30/10/2025  
Ciciani J.A.P. Rezende de Queiroz  
Diretora Legislativa  
Matrícula 224

**DESPACHO**  
Comissão de Constituição e  
Justiça  
Para Exarar Parecer  
Data 21/10/2025  
D  
Visto

Ciciani J.A.P. Rezende de Queiroz  
Diretora Legislativa  
Matrícula 224

**PARECER VERBAL FAVORÁVEL**  
Comissão de Constituição e  
Justiça  
Data 29/10/2025  
Ciciani J.A.P. Rezende de Queiroz  
Diretora Legislativa  
Matrícula 224

Em âmbito do Município de Guarantã do Norte-MT, o Programa Municipal de Apoio e Incentivo à Construção e Revitalização de Calçadas e Passeios Públicos, com os seguintes objetivos:

**Matéria Aprovada por**  
**Unanimidade**  
Data 17/11/2025  
Ciciani J.A.P. Rezende de Queiroz  
Diretora Legislativa  
Matrícula 224

**PARECER VERBAL FAVORÁVEL**  
Comissão de Transporte, Tecnologia,  
Informática, Obras Públicas e Urbanismo  
Data 03/11/2025  
Ciciani J.A.P. Rezende de Queiroz  
Diretora Legislativa  
Matrícula 224

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Municipal de Apoio e Incentivo à Construção e Revitalização de Calçadas e Passeios Públicos, com os seguintes objetivos:

- I - Promover acessibilidade universal, inclusive às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- II - Contribuir para a melhoria da estética urbana;
- III - Favorecer a limpeza, a higiene e a organização do

§1º A implantação do Programa dar-se a gradualmente, observadas a disponibilidade orçamentária, financeira e de pessoal do município.

§2º Os critérios de adesão, as áreas prioritárias e os padrões técnicos mínimos serão definidos em regulamento.

Art. 2º Para a execução do Programa, o Poder Executivo, facultativamente e mediante regulamentação, poderá:



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Biênio 2025/2026  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

- I** - Prestar orientações técnicas quanto aos materiais, acessibilidade e padronização;
- II** - Disponibilizar, quando viável, suporte operacional como serviços de terraplanagem, nivelamento ou transporte de materiais;
- III** - Firmar parcerias ou convênios com entidades públicas ou privadas;
- IV** - Incentivar soluções sustentáveis e inovadoras que reduzam custos e ampliem a segurança dos pedestres.

**Art. 3º** A aquisição dos materiais necessários à execução das obras caberá ao proprietário ou possuidor do imóvel aderente ao Programa.

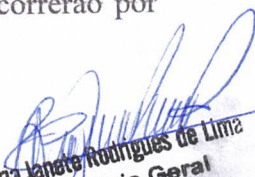
**§1º** O Executivo poderá intermediar condições facilitadas de aquisição, sem gerar ônus ao erário.

**§2º** O cronograma das obras será definido de comum acordo entre o Município e o interessado, conforme regulamento.

**Art. 4º** O proprietário ou possuidor do imóvel é responsável por reparar danos causados ao passeio público, obedecendo aos padrões técnicos municipais.

**Art. 5º** Recomenda-se ao Poder Executivo que, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação desta lei, adote as providências necessárias à sua regulamentação, a fim de assegurar sua efetiva aplicação.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

  
Maria Janete Rodrigues de Lima  
Secretária Geral  
Portaria 075/2025



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Biênio 2025/2026  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Luiz Mena, Câmara Municipal, Guarantã do Norte–MT, 10 de setembro de 2025.

**Zilmar Assis de Lima**

**Vereador Autor**

**Veroni Maria Pansera**

**Ver. Coautora**

**Maria Socorro Leite Dantas**

**Ver. Coautora**

**Maria Janete Rodrigues de Lima**  
**Secretária Geral**  
**Portaria 075/2025**





Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Biênio 2025/2026  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**MENSAGEM DO PLL nº 047/2025.**

**REFERENTE: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/2025.**

Senhor Presidente

Senhores (a) Vereadores (a),

O presente Projeto de Lei tem por finalidade **autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Apoio e Incentivo à Construção e Revitalização de Calçadas e Passeios Públicos no Município de Guarantã do Norte-MT.**

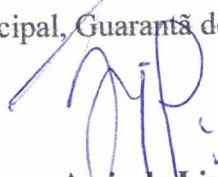
A proposição busca estimular a adequação dos passeios públicos, garantindo melhores condições de acessibilidade, segurança e mobilidade urbana. Muitas calçadas do município encontram-se deterioradas ou mesmo inexistentes, o que compromete o tráfego seguro de pedestres, em especial idosos, crianças e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Com a criação deste programa, o Poder Executivo poderá adotar medidas de incentivo, como apoio técnico, campanhas educativas e parcerias, estimulando os cidadãos a realizarem a construção e a revitalização de seus passeios. Trata-se de iniciativa de relevante interesse público, que contribui diretamente para a qualidade de vida da população, a valorização dos imóveis e a melhoria do aspecto urbanístico da cidade.


Destaca-se que a proposição é apresentada em caráter autorizativo, respeitando a competência do Poder Executivo para a regulamentação e execução da matéria.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário Luiz Mena, Câmara Municipal, Guarantã do Norte-MT, 10 de setembro de 2025.

  
**Zilmar Assis de Lima**  
Vereador Autor

  
**Veroni Maria Pansera**  
Ver. Coautora

  
**Maria Socorro Leite Dantas**  
Ver. Coautora

  
**Maria Janete Rodrigues de Lima**  
Secretária Geral  
Portaria 075/2025



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PROCURADORIA JURÍDICA**  
***PARECER JURÍDICO Nº 137/2025***

Guarantã do Norte-MT, 06 de Outubro de 2025.

*Ementa: Administrativo. Solicitação de parecer jurídico para análise e pronunciamento, sob o aspecto jurídico formal, acerca do PLL 047/2025, de forma convalidar procedimento já realizado, e dá outras providências.*

**Requerente:** Câmara Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.  
**Solicitante:** Secretaria Geral

**Parecerista:** Dr. João Carlos Vidigal – OAB/MT 21.105/O

**DO PARECER**

Fora encaminhado a este jurista e Procurador desta Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, **solicitação da Diretoria Legislativa, emissão de Parecer quanto ao aspecto jurídico formal, acerca do PLL 047/2025.**

Sendo está a síntese do necessário.

**DA ANALISE**

**ASPECTO FORMAL: COMPETÊNCIA E INICIATIVA**

**DA COMPETÊNCIA**

Inicialmente, quanto à competência, não há qualquer óbice à proposta. Conforme dispõe o art. 30, I, da CF/88, “Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.” No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município de Guarantã do Norte.

Insta registrar, desde logo, que a matéria tratada no Projeto de Lei do Legislativo nº 047/2025 é de interesse local (CF, art. 30, I), como sendo “aquele que diz predominantemente respeito aos indivíduos que residem nos limites do Município ou que neles têm negócios jurídicos, enquanto sujeitos à ordem jurídica municipal”.

Neste sentido o Supremo Tribunal Federal tem entendido que as competências legislativas do município se caracterizam pelo princípio da predominância do interesse local e ressaltou ser salutar que a interpretação constitucional de normas dessa natureza seja mais favorável à autonomia legislativa dos Municípios, haja vista ter sido essa a intenção do constituinte ao elevar os Municípios ao status de ente federativo na Constituição Cidadã de 1988.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Neste passo, necessário replicar a doutrina de Hely Lopes Meirelles<sup>5</sup>, que vem esclarecer que **“o que define e caracteriza o ‘interesse local’, inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União”**, ou seja, tudo o que repercutir direta ou indiretamente na vida municipal é de interesse do Município, embora possa refletir também de forma direta ou indireta aos Estados e à União.

Para o STF, essa autonomia revela-se fundamentalmente quando o Município exerce, de forma plena, sua competência legislativa em matéria de interesse da municipalidade, como previsto no art. 30, I, da CF.

Assim, assevera o Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, em seu relatório na Recurso Especial 1.151.237:

“4. A Constituição Federal consagrou o Município como entidade federativa indispensável ao nosso sistema federativo, integrando-o na organização político-administrativa e garantindo-lhe plena autonomia, como se nota na análise dos artigos 1º, 18, 29, 30 e 34, VII, c, todos da Constituição Federal. 5. As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, que, apesar de difícil conceituação, refere-se àqueles interesses que disserem respeito mais diretamente às suas necessidades imediatas. 6. A atividade legislativa municipal submete-se à Lei Orgânica dos municípios, à qual cabe o importante papel de definir, mesmo que exemplificativamente, as matérias de competência legislativa da Câmara, uma vez que a Constituição Federal (artigos 30 e 31) não as exaure, pois usa a expressão interesse local como catalisador dos assuntos de competência municipal. Essa função legislativa é exercida pela Câmara dos Vereadores, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las, nos termos propostos como modelo, pelo processo legislativo federal. 7. A Lei Orgânica do Município de Sorocaba, ao estabelecer, em seu artigo 33, inciso XII, como matéria de interesse local, e, conseqüentemente, de competência legislativa municipal, a disciplina de denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, representa legítimo exercício da competência legislativa municipal. Não há dúvida de que se trata de assunto predominantemente de interesse local (CF, art. 30, I).”

Com isso, fica definido que a competência para tal desiderato é de competência comum, cujo ato pertence ao ente da federação cujo favor legal será por ele deferido que, no caso do Presente Projeto de Lei, é do município de Guarantã do Norte, de ambos os Poderes.

**Assim, pode-se se concluir que está configurada a regular competência legislativa do Município para o tema ora em análise.**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

No tocante à iniciativa da propositura, trata-se de iniciativa concorrente, tendo em vista que a matéria não se enquadra especificamente no rol do art. 48, e incisos da Lei Orgânica do Município de Guarantã do Norte, que descreve a reserva de iniciativa do Prefeito, ou de sua competência privativa.

Da mesma forma, a matéria também não se enquadra no rol de reserva de iniciativa da Câmara de Vereadores de Guarantã do Norte constante do art. 49 e incisos também da Lei Orgânica, e por fim também não é competência privativa da mesa da Câmara de Vereadores.

Ademais, o Tema de Repercussão Geral nº 917 do Supremo Tribunal Federal, não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora possa criar despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico de servidores públicos. Nesse sentido, vale trazer a jurisprudência sobre o assunto:

“ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1o, 2o E 3o DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2.004, DO ESTADO DO AMAZONAS. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESA PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO ACOLHIDA.

(...) 1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil --- matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes.”

Portanto, tem-se que, por todos os fundamentos acima expostos e pela jurisprudência supracitada no sentido da constitucionalidade de leis similares, este Procuradoria entende em não haver vício formal de inconstitucionalidade que afete a proposição.

### **DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, OPINA-SE pela legalidade, constitucionalidade e regular técnica legislativa do Projeto de Lei do Legislativo nº 047/2025.

Este parecer tem caráter meramente opinativo e função de orientação ao Presidente da Câmara e/ou às Comissões Permanentes competentes.

Enfatize-se, que as Comissões Permanentes são competentes para verificar o projeto no que tange ao seu conteúdo, analisando a efetiva adequação da medida ao interesse público.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Por fim, e sob a responsabilidade do meu grau, e salvo melhor juízo, **EIS O PARECER**, qual com todo acato e respeito, devolvo ao Diretoria Legislativa desta Casa de Leis, para consideração e posterior providencias.

JOAO  
CARLOS  
VIDIGAL  
SANTOS

Assinado de  
forma digital por  
JOAO CARLOS  
VIDIGAL SANTOS  
Dados: 2025.10.08  
07:23:39 -04'00'  
OAB/MT 21.105/0  
Procurador Jurídico





## CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão		Data	20 de outubro de 2025	Horas	19:30
Ordinária	X				
Extraordinária					

Propo situra	Requerimento Nº.	ATA Nº.	PLCM Nº.	PLM Nº.	PDL Nº.
	PLC Nº.	PLL Nº. 047/2025	Indicação Nº.	Requerimento Nº.	
	Outros:				

Autor:	
--------	--

### VOTAÇÃO:

Aprovado	
Reprovado	
Baixado às Comissões	X
Pedido de Vista	
Retorna às comissões/ análise de alterações propostas/proposição de emendas pelo plenário/artigo 64 RI.	
Desempate pelo Presidente Art. 218 RI	

Retirado de Pauta Pelo Autor	
Retirada de Pauta por ausência do Autor	
Retirado de Pauta pela Presidência “submetido à deliberação do Plenário” Art. 130-Regimento Interno-Resolução nº 6/2010.	
Veto Mantido	
Veto Rejeitado	

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	
2	Celso Henrique Batista da Silva	
3	David Marques da Silva	
4	Demilson Camargo Martins	
5	Letícia Camargo de Souza	
6	Maria Socorro Leite Dantas	
7	Silvio Dutra da Silva	
8	Veroni Maria Pansera	
9	Zilmar Assis de Lima	

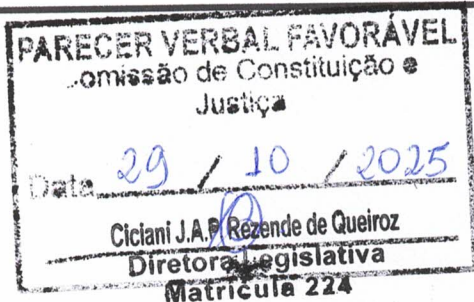
AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não
R	Requerente

Ciciani Janaina de Abreu Pereira  
Secretária “AD HOC”



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PARECER AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 47/2025**



**Comissão de Constituição e Justiça**

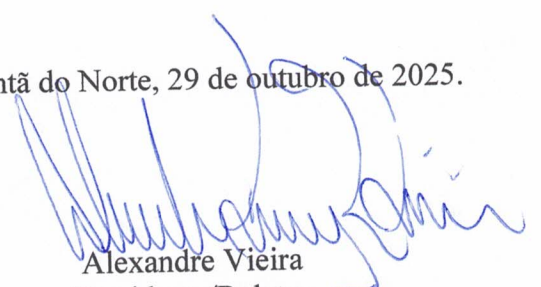
**Relator: Relator Substituto Alexandre Rodrigo Vieira**

**PARECER**

Parecer ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/2025 de 10 de setembro de 2025 que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO E INCENTIVO À CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Comissão, após apreciação da proposição apresentada, em consonância com o Parecer deste Relator, decide **EXARAR PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei do Legislativo de 10 de setembro de 2025. É o parecer.

Guarantã do Norte, 29 de outubro de 2025.


  
Alexandre Vieira  
Presidente/Relator





Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PARECER PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/2025 DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.**

<b>PARECER VERBAL FAVORÁVEL</b> Comissão de Transporte, Tecnologia, Informática, Obras Públicas e Urbanismo Data <u>03 / 11 / 2025</u>  <b>Cíciani J.A.P. Rezende de Queiroz</b> <b>Visto</b> <b>Diretora Legislativa</b> <b>Matrícula 224</b>
---

**Comissão de Transporte, Tecnologia, Informática, Obras Públicas e Urbanismo.**

**Presidente /Relator: SILVIO DUTRA DA SILVA**

**PARECER**

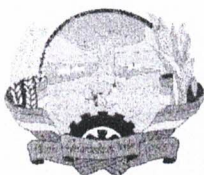
PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/2025 DE 10 DE SETEMBRO DE 2025, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO E INCENTIVO À CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A proposição busca estimular a adequação dos passeios públicos, garantindo melhores condições de acessibilidade, segurança e mobilidade urbana. Muitas calçadas do município encontram-se deterioradas ou mesmo inexistentes, o que compromete o tráfego seguro de pedestres, em especial idosos, crianças e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Com a criação deste programa, o Poder Executivo poderá adotar medidas de incentivo, como apoio técnico, campanhas educativas e parcerias, estimulando os cidadãos a realizarem a construção e a revitalização de seus passeios. Trata-se de iniciativa de relevante interesse público, que contribui diretamente para a qualidade de vida da população, a valorização dos imóveis e a melhoria do aspecto urbanístico da cidade.

Diante do exposto, este relator **EXARA PARECER FAVORÁVEL** ao **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/2025 DE 10 DE SETEMBRO DE 2025. É o parecer.**

Guarantã do Norte, 03 de novembro de 2025.

  
**Silvio Dutra da Silva**  
**Presidente / Relator**



## CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão	19ª	Data	17 de novembro de 2025	Horas	19:30
Ordinária	X				
Extraordinária					

Propo situra	Requerimento Nº.	ATA Nº.	PLCM Nº.	PLM Nº.	PRL Nº
	PLC Nº.	PLL Nº. 047/2025	Indicação Nº.	Requerimento Nº.	
	Outros:				

Autor:	
--------	--

## VOTAÇÃO:

Aprovado	X
Reprovado	
Baixado às Comissões	
Pedido de Vista	
Retorna às comissões/ análise de alterações propostas/proposição de emendas pelo plenário/artigo 64 RI.	
Desempate pelo Presidente Art. 218 RI	

Retirado de Pauta Pelo Autor	
Retirada de Pauta por ausência do Autor	
Retirado de Pauta pela Presidência “submetido à deliberação do Plenário” Art. 130-Regimento Interno-Resolução nº 6/2010.	
Veto Mantido	
Veto Rejeitado	

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	S
2	Celso Henrique Batista da Silva	P
3	David Marques da Silva	S
4	Demilson Camargo Martins	S
5	Letícia Camargo de Souza	S
6	Maria Socorro Leite Dantas	S
7	Silvio Dutra da Silva	S
8	Veroni Maria Pansera	S
9	Zilmar Assis de Lima	S

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não
R	Requerente

Ciciana J.A.P. Rezende de Queiroz  
Diretora Legislativa  
Matrícula: 824  
Ciciana Janaina de Abreu Pereira  
Secretária “AD HOC”